

# O México, o Brasil e a síndrome do erro

Pode ser um paradoxo, mas nesse momento angustiante para México e Argentina, que iniciaram seus programas de estabilização bem antes, não deixa de ser vantajoso para o Brasil ter adiado o seu.

Com algumas diferenças, os três países tem o câmbio a âncora mais poderosa de sustentação da estabilidade econômica. O México está nessa estrada há seis anos, Argentina há quatro e o Brasil começou viagem há pouco mais de seis meses. À primeira vista essa diferença de tempo parece irrelevante, mas é fundamental para entender porque o Brasil tem todas as chances de não entrar no atoleiro em que se enfiou o México.

Há duas razões para acreditar nisso. Em primeiro lugar, o trauma do Plano Cruzado ensinou a equipe econômica a seguir uma linha de conduta que busca tenazmente fugir de erros conhecidos e já experimentados aqui e em outros países. Mesmo que para isso seja necessário adiar objetivos do programa econômico.

Deflagrados, anos antes, os planos mexicano e Cavallo servem para o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e seus companheiros como um novo Cruzado: indicam os erros para o Brasil não se guil-los. Foi assim com o câmbio



**A questão é conferir se o governo e o Congresso promoverão as reformas**

fixo argentino ou o sistema de bandas com valores pré-anunciados do México. Seguimos caminho diverso: bandas não anunciadas. Os gestores do Real sabem que não convém ao plano brasileiro seguir se sustentando unicamente no câmbio. Por isso, perseguem — se o Congresso não negar ajuda — outras âncoras, nas áreas fiscal e monetária.

No câmbio a lição mexicana aconselha o Brasil cuidados para não permitir que suas transações financeiras com o Exterior acumulem deficits insuportáveis. Nesse sentido, é previsível que o dólar chegue a R\$ 1,00 bem antes dos dois anos previstos pelo novo diretor do Banco Central, Chico Lopes. A síndrome dos erros alheios, portanto, pode agir em nosso favor.

A segunda razão que afasta o Brasil do atoleiro é sua confortável situação hoje em relação à raiz do *inferno astral* mexicano: o deficit nas transações correntes, aquele item do balanço de pagamentos que mede a saúde ou enfermidade de um país nas suas relações de troca com o mundo exterior.

O déficit ou superavit nas transações correntes é resultado do balanço entre exportações e importações de mercadorias e trocas nas contas de fretes, seguros,

turismo, royalties e juros de dívidas. Uma análise dos números desse item do México, Brasil, Argentina e Chile mostra que nosso país, neste exato momento, é o mais saudável dos quatro.

De acordo com dados do Banco Central, entre 1991 e 1994, o México acumulou um megadeficit de US\$ 88,8 bilhões, a Argentina outro gigante de US\$ 32,1 bilhões, o Chile menor de US\$ 3,8 bilhões e o Brasil é o único a apresentar superavit de US\$ 5,4 bilhões, acumulado nos últimos quatro anos.

Por si só, esses números escancaram a previsibilidade da explosão da crise mexicana. Durante esses quatro anos, o México financiou seu deficit nas transações correntes com a entrada de capitais estrangeiros de curto prazo.

O ex-presidente mexicano, Carlos Salinas, deixou o erro se agigantar, nada fez para corrigilo e seu sucessor consertou pelo lado errado, promovendo uma desvalorização cambial que fez explodir a descrença dos investidores estrangeiros e a rápida fuga de seus capitais de curto prazo. O governo mexicano foi obrigado a sacar de suas reservas cambiais e, com a rapidez de um relâmpago, viu-as cair de US\$ 16 bilhões (final de novembro) para US\$ 6,135 bilhões.

O Brasil só chegará à situação semelhante se a equipe econômica enlouquecer, carregando junto o presidente Fernando Henrique Cardoso. É certo que nosso saldo das transações correntes

reduziu de US\$ 6,1 bilhão em 1992 para apenas US\$ 22 milhões em 94. Consequência da necessária abertura da economia, Mercado Comum do Sul (Mercosul), redução de alíquotas de importação.

Nos últimos dois meses do ano passado, a balança comercial começou a apresentar deficits, que chegaram a ser comemorados pelo governo em razão de seus efeitos antiinflacionários.

Em compensação, com o acordo da dívida externa, a conta de juros já não pressiona como antes. Mas o câmbio tem que ser acompanhado como o som que sai de um violino, em sintonia muito fina para não deixar a melodia desafinar.

A questão que se coloca para 1995 é conferir se o governo e o Congresso serão capazes de promover as reformas estruturais que levem o País a substituir o deficit fiscal por um superavit, executar uma política monetária que elimine de vez a velha prática de emitir dinheiro para cobrir buracos, sejam eles da origem que forem. E livrar-se do aprisionamento de ter na âncora cambial o único recurso a sustentar a estabilidade.

Não se assutem os brasileiros. A saída de capitais estrangeiros das bolsas, no início da semana, buscou mais realizar lucros do que negar confiança ao Brasil. Nossa realidade é muito diferente da vivida pelo México. Até agora, pelo menos. Mas... e o futuro?